

Um novo passado: memórias e identidades reconfiguradas pelas contestações a monumentos

A New Past: Memories and Identities Reconfigured by Monument Contestations

Raphael Fernando Amaral
Doutorando em História
Universidade de São Paulo (USP)
raphael.fa@gmail.com

Recebido: 21/08/2025

Aprovado: 29/01/2026

Resumo: Este artigo analisa as disputas em torno da contestação de monumentos públicos no século XXI, tomando-os como pontos de tensão entre passado e presente. A partir de casos emblemáticos, demonstra-se como as estátuas, longe de serem apenas objetos inertes, tornam-se arenas de disputas simbólicas nas quais diferentes atores reinterpretam a memória coletiva. As ações de contestação não significam apagamento, mas sim reconfiguração de sentidos: ao serem criticados, atacados ou removidos, os monumentos mantêm-se vivos no debate público, evidenciando a atualidade das memórias que evocam. Dessa forma, o artigo discute de que maneira passados persistentes tensionam o presente e, reciprocamente, como o presente reinterpreta e reinventa o passado.

Palavras-chave: Monumentos; Memória; Patrimônio Histórico.

Abstract: This article analyses the disputes surrounding the contestation of public monuments in the twenty-first century, considering them as sites of tension between past and present. Drawing on emblematic cases, it demonstrates how statues, far from being inert objects, become arenas of symbolic disputes where different actors reinterpret collective memory. Acts of contestation do not entail erasure but rather a reconfiguration of meanings: when criticised, attacked, or removed, monuments remain alive in public debate, highlighting the ongoing relevance of the memories they evoke. Thus, the article discusses how persistent pasts have put tension on the present and, reciprocally, how the present reinterprets and reinvents the past.

Keywords: Monuments; Memory; Historical Heritage.

Monumentos contestados, histórias ressignificadas

O presente artigo tem como objetivo analisar as contestações contemporâneas a monumentos públicos que celebrem personagens históricos responsáveis por opressões sobre populações inteiras em diferentes contextos. Essas mesmas contestações serão consideradas como fenômenos

privilegiados na articulação entre passado e presente no espaço urbano, uma vez que as mobilizações contra esses monumentos operam diretamente por meio de questionamentos sobre narrativas tradicionais hegemônicas a respeito da História. Em linhas gerais, o estudo busca compreender como tais contestações entram em conflito com memórias que foram monumentalizadas precisamente por meio de processos de silenciamentos e apagamentos históricos. Ao se inserir diretamente na História do Tempo Presente, as disputas em torno dos monumentos possibilitam novos significados ao conceito de Patrimônio e novas compreensões sobre o processo de construção da memória, evidenciando como as instrumentalizações do passado são continuamente reelaboradas a partir de novas demandas do presente.

Para analisar a ressignificação da História por meio da contestação a monumentos, alguns casos específicos foram selecionados. O critério utilizado foi a ampliação dos debates sobre História, Memória, Passado, Patrimônio e Identidade que cada um desses eventos promoveu nos contextos em que se inseriram. Nesse sentido, serão abordados os casos de contestações aos monumentos homenageando: 1) Cristóvão Colombo, localizado na Cidade do México (México); 2) Cecil Rhodes, na Cidade do Cabo (África do Sul); 3) Robert E. Lee, em Charlottesville (Estados Unidos); 4) Edward Colston, em Bristol (Reino Unido); 5) Borba Gato, em São Paulo (Brasil).

Apesar das diferenças e especificidades dos contextos em que esses indivíduos viveram, tais personagens históricos estão vinculados por três motivos principais: (i) foram diretamente responsáveis por opressões vinculadas às violências do colonialismo e/ou da escravidão sobre enormes contingentes populacionais; (ii) entre os séculos XIX e XX, houve a construção de uma memória celebrativa a eles por meio de monumentos públicos em grandes centros urbanos; (iii) destacadamente dos anos 1990 às primeiras décadas do século XXI, ocorreu uma intensa refutação dessas celebrações, sendo que a memória sobre esses personagens foi reapropriada e ressignificada no tempo presente por meio de novos sentidos atribuídos a ela. Em linhas gerais, num caminho contrário à época em que foram erigidos, esses monumentos passaram a simbolizar valores crescentemente rejeitados por sociedades contemporâneas.

Por diferentes formas, a oposição ao enaltecimento dos personagens históricos mencionados foi lançada sobre esses monumentos. Suas estátuas situadas em espaços públicos urbanos sofreram intervenções artísticas, pichações, remoções, depredações, derrubadas. Eventualmente, o debate público acerca das narrativas históricas monumentalizadas culminou em conflitos violentos. Nesse

processo, tornou-se evidente a concepção de História defendida por alguns setores sociais, posicionando-se veementemente contra quaisquer tipos de questionamentos aos monumentos. Comumente, essas forças contrárias às contestações acusaram que qualquer tipo de intervenção sobre as estátuas (por exemplo, remoções) deveria ser considerada como uma tentativa de apagamento a História. E, sob esse viés, as ações dos contestadores aos monumentos seriam interpretadas como uma iconoclastia memoricida insuflada por uma turba cujo objetivo é apagar o passado. Cristina Meneguello aponta como que a remoção de estátuas não deve ser compreendida como uma irrupção irracional, sob o risco de reivindicações e reflexões de grupos organizados serem desvalorizadas. De acordo com Meneguello, “a memória cultural é um processo contínuo de rememoração e esquecimento em que indivíduos ou grupos continuam a reconfigurar as suas relações com o passado e assim se reposicionam em relação a lugares de memória” (MENEGUELLO, 2022, p. 66).

Independentemente da legitimidade das contestações (ou das acusações das quais esses movimentos foram alvo), as críticas e as ações sobre os monumentos promoveram uma ampliação considerável dos debates sobre as formas como as sociedades constroem suas memórias e narram suas próprias histórias. Nesse sentido, houve uma ressignificação do passado impulsionada pela oposição às narrativas tradicionais hegemônicas. Em diferentes metrópoles, essa mobilização permitiu que a História fosse trazida ao centro das discussões acerca do espaço público urbano. Tais monumentos deixaram de ser observados como um atestado eterno da veracidade de um passado supostamente heroico. Gradativamente, passaram a ser objetos de disputas simbólicas, pedagógicas e políticas. Tornou-se mais explícito que eles também possuem historicidade e que, na verdade, eles expressam sobretudo a intencionalidade de quem os erigiu. Ou seja, os monumentos são a materialidade das aspirações políticas e culturais dos grupos responsáveis para que eles fossem construídos. Trata-se de indivíduos que angariam fundos, aprovaram legislações, comissionaram artistas, promoveram grandes eventos em torno da sua forma de contar a História.

Distanciando-se da narrativa mítica sobre um passado idealizado, essas estátuas foram cada vez mais percebidas (e contestadas) enquanto expressão da intencionalidade de grupos específicos que afirmaram suas próprias memórias sobre o espaço público. Marcos Napolitano aponta que a perda de legitimidade de narrativas tradicionais (materializadas em monumentos) pode ser relacionada com a emergência de novos atores políticos em diferentes sociedades. Esse processo gera algo que Napolitano classifica como o enfraquecimento de um “pacto histórico”. Em suas análises, as contestações aos monumentos expressam tanto a crise de um pacto social, como também de um

“‘pacto histórico’, aqui entendido como o convívio de matrizes de memória diferentes entre si no trato de passados traumáticos, mas que informam atores políticos que disputam posições dentro de um quadro político-institucional, respeitando a regra geral do jogo” (NAPOLITANO, 2022, p. 97).

Dessa forma, esse artigo interpreta que os atos de contestação aos monumentos referidos não caminham no sentido de um suposto apagamento de memórias. Ao contrário, eles passaram a fazer parte da história desses monumentos, precisamente no momento em que há uma “crise” (tal qual referido acima) no convívio de diferentes matrizes de memória. Essa instabilidade contribui para manter vivos os debates sobre como são formadas as identidades de diferentes sociedades. Por um lado, não existe um consenso a respeito de quais seriam as formas mais adequadas de se lidar com um patrimônio considerado ofensivo por determinados setores sociais. Porém, ao mesmo tempo, são esses mesmos tensionamentos que reforçam a centralidade da questão dos monumentos quando se está buscando compreender quais são as identidades que uma sociedade produz sobre si mesma.

Dos 500 anos de Colombo às mobilizações antirracistas

Ao longo do governo de Porfirio Díaz (com alguns intervalos, de 1876 a 1911), a Cidade do México passou por um conjunto de reformas urbanas que atendiam aos intentos de elites locais na modernização da capital do país (PEÑA, 2023). Nesse contexto, a avenida Paseo de la Reforma foi um dos pontos privilegiados no projeto urbano impulsionado pelo governo, voltado à monumentalização de determinados personagens da história nacional. Na Paseo, foi inaugurado, em 1877, o Monumento a Cristóvão Colombo, obra produzida na França pelo escultor Charles Cordier (1827-1905). À época, essa ação buscava consolidar a concepção eurocêntrica de “descobrimento da América”, apresentando os empreendimentos de Colombo sob a ótica de um “mito fundador”.

Desde sua inauguração, as maiores contestações organizadas em oposição ao monumento ocorreram em 1992, durante as celebrações dos 500 anos da chegada de Colombo à América. Precisamente em 12 de outubro desse mesmo ano (dia que marcado pelo desembarque de Colombo na ilha de Guanahani, nas Bahamas, em 1492), movimentos indígenas e estudantis, juntamente com sindicatos e diversos outros coletivos organizaram manifestações em diferentes cidades do país, opondo-se ao enaltecimento da memória do colonizador. Na Cidade do México, em meio aos protestos, o monumento a Colombo foi amarrado com cordas a um ônibus numa tentativa de derrubá-lo. Essa ação não obteve o resultado imediato almejado e a homenagem ao colonizador permaneceu

no mesmo local nesta ocasião. Porém, a partir desse protesto, o monumento passou a fazer parte de intensas disputas políticas acerca dos símbolos que compunham memórias e identidades (WIECZOREK, 2023).

As mobilizações que refutaram as celebrações do Quinto Centenário evidenciaram que as antigas narrativas de enaltecimento do colonizador monumentalizado não possuíam a mesma legitimidade. Fortaleceram-se, nesse processo, novas reivindicações sobre quais histórias são expressas no espaço público urbano. As forças sociais populares que defenderam a derrubada do monumento buscaram afirmar memórias que foram silenciadas tanto ao longo da colonização quanto da formação do Estado nacional. Se originalmente a estátua de Colombo expressou o mito do heroísmo de um agente da colonização, a partir dos anos 1990 o monumento foi convertido em alvo. Nas décadas que se seguiram aos protestos de 1992, os debates acerca da permanência ou retirada desse monumento ganharam cada vez mais repercussão.

Finalmente, em 10 de outubro de 2020, a estátua foi retirada da praça em que estava pelo governo da Cidade do México. Na ocasião, foi apresentada como justificativa que a peça deveria passar por uma restauração no Instituto Nacional de Antropología e Historia (INAH). Talvez por coincidência, a decisão pela retirada ocorreu com uma breve antecedência às manifestações convocadas para 12 de outubro do mesmo ano, organizadas pelo coletivo “Lo vamos a derribar”, que pretendiam realizar uma ação direta sobre o monumento e retirá-lo de seu local. Vale apontar ainda que, nessa ocasião, os protestos convocados foram, sim, resultado da antiga oposição à imagem da Colombo, mas, além disso, também estavam inseridos no conjunto de mobilizações internacionais de revisão crítica das figuras coloniais. Tais manifestações vinham sendo intensificadas pelos protestos antirracistas globais de 2020, impulsionados, naquele ano, pelo assassinato de George Floyd. Esse evento ocorreu na cidade de Minneapolis (Minnesota, EUA), em 25 de maio de 2020. Floyd, um homem negro, foi abordado por policiais que o acusaram de portar dólares falsificados. Ele foi violentamente arremessado ao chão e imobilizado durante a abordagem. E, em plena luz do dia, numa via pública, com transeuntes testemunhando a situação, um dos policiais assassinou Floyd ajoelhando sobre seu pescoço impedindo que ele respirasse. Esse episódio desencadeou uma onda global de protestos antirracistas, dentre os quais houve episódios de ataques contra monumentos específicos.

Dessa forma, respondendo às mobilizações de forças políticas e sociais que se opunham ao racismo e ao colonialismo, o monumento foi retirado do local que estava desde o século XIX, promovendo uma ampla ressignificação desse espaço. Em 25 de setembro de 2021, coletivos

feministas ergueram no mesmo local uma instalação classificada como “antimonumenta”. Tratava-se de uma escultura roxa, no formato de uma silhueta feminina, com o punho erguido, simbolizando lutas e resistências das mulheres, uma instalação denominada como *Glorieta de las Mujeres que Luchan* (subvertendo o nome dado à antiga estátua de Colombo) (WIECZOREK, 2023). Posteriormente, junto à “antimonumenta”, foi temporariamente acrescentado ao pedestal uma réplica da escultura *La Joven de Amajac*. Esta, consiste em estátua em pedra de uma figura feminina, datada originalmente do século XVI, cuja produção é atribuída ao povo Huasteca. Portanto, sem apagar memórias, as manifestações fizeram com que histórias de outros grupos fossem tornadas visíveis no mesmo local onde por mais de um século foi narrada exclusivamente uma história de enaltecimento ao colonizador.

Após a remoção, em 2020, a antiga estátua de Colombo foi levada às oficinas do INAH, onde passou por uma restauração, concluída em 2022. Já no ano de 2023, foi anunciado que a escultura seria destinada ao Museo Nacional del Virreinato, em Tepotzotlán (México). O que se nota dessa situação é que a contestação à memória celebrativa ao colonialismo gerou uma ruptura com a narrativa construída com silenciamentos de setores sociais oprimidos. Dessa ruptura, houve uma reconfiguração do espaço público urbano e também foram afirmadas novas maneiras da sociedade mexicana debater sua própria história. Simultaneamente, as contestações viabilizaram que a estátua de Colombo fosse integrada a uma instituição museológica, possibilitando que passe por procedimentos técnicos de preservação com maior frequência.

#RhodesMustFall

Já no século XXI, uma das mobilizações que notabilizou globalmente os tensionamentos lançados sobre monumentos foi o movimento Rhodes Must Fall (que pode ser traduzido como “Rhodes Deve Cair”). O monumento ao colonizador britânico Cecil Rhodes (1853-1902), esculpido pela artista britânica Marian Walgate, havia sido inaugurado na University of Cape Town (UCT), Cidade do Cabo (África do Sul), em 1934. A gigantesca escultura, situada em uma localidade de ampla visibilidade dentro do *campus*, apresentava Rhodes sentado em pose contemplativa. Essa peça não somente celebrava a memória de um indivíduo específico, mas, além disso, consistiu em uma homenagem ao domínio imperial britânico exercido sobre diferentes regiões do continente africano, cujo auge se deu durante o século XIX. Vale apontar também que a estátua que se situava no *campus* era apenas um dentre outros monumentos a Rhodes que, até o presente, permanecem erigidos em locais públicos na Cidade do Cabo.

As primeiras contestações a ganharem maior repercussão ocorreram em 9 de março de 2015. Nesse dia, um estudante da UCT realizou um ato performático: ele arremessou um balde de excrementos humanos contra a estátua. Assim como pode ser ponderado em relação a outras ações de contestação a monumentos, gestos individuais dificilmente ocorrem de modo isolado de mobilizações mais amplas. Em meio a discussões que já circulavam entre os estudantes, protestos contra o monumento a Rhodes já estavam ocorrendo na UCT. A performance mencionada, na verdade, acabou por impulsionar ainda mais os debates que já vinham ocorrendo sobre a estátua do colonizador britânico. No mesmo mês, estruturou-se rapidamente uma enorme mobilização pela remoção do monumento. Esse movimento foi denominado como Rhodes Must Fall.

Num primeiro momento, tratava-se em grande medida de um movimento estudantil, cuja atuação principal era a rejeição à permanência simbólica do colonialismo na UCT. Suas pautas, entretanto, foram além da remoção da estátua. O Rhodes Must Fall passou também a reivindicar a descolonização do currículo acadêmico, realizou campanhas que criticaram desigualdades raciais estruturais na sociedade sul-africana e, além disso, também denunciou a precariedade econômica e social vivenciada por grande parte do corpo discente da UCT. As ações do movimento incluíram ocupações de edifícios, renomeações simbólicas (como a transformação da Bremner Building em “Azania House”), assembleias públicas debatendo temas sociais. Semana após semana, o movimento foi ganhando apoio de outros setores da população sul-africana (SIEBÖRGER, 2015).

Naquele contexto, a internet desempenhou papel central para o movimento, possibilitando a difusão de imagens e vídeos dos protestos. Plataformas como Facebook e Twitter (atual “X”) foram utilizadas para convocar manifestações e disseminar as interpretações sobre a História da África do Sul construídas diretamente por pessoas que participaram das mobilizações. Em pouco tempo, o movimento conseguiu articular uma rede de apoio internacional, possibilitando que nas redes sociais circulasse com maior repercussão as hashtags “#RhodesMustFall” e “#Fallism” (que poderia ser traduzido aproximadamente como “derrubacionismo”). As causas do movimento e os debates que ele estava promovendo acerca da questão dos monumentos adquiriram uma relevância que ultrapassou o *campus* da UCT. Em meio ao fortalecimento das manifestações estudantis, a estátua de Cecil Rhodes foi removida, em 9 de abril de 2015, após decisão unânime do conselho da UCT. O espaço antes ocupado pela escultura permaneceu vazio, transformando-se num símbolo da vitória do movimento estudantil, expressando (por meio de uma ausência) a força política que a contestação ao monumento adquiriu naquela ocasião (FRANK; RISTIC, 2020).

Depois de removida, a estátua de Cecil Rhodes foi armazenada sob responsabilidade administrativa da UCT. Ao longo dos anos posteriores, surgiram debates sobre possibilidades de outros locais onde a escultura pudesse ser novamente exposta, mas não houve uma decisão definitiva, fazendo com que ela continuasse armazenada na UCT. A vitória do Rhodes Must Fall evidenciou mais uma situação na qual a contestação a um monumento não apagou a História. O que de fato ocorreu foi a reformulação de um conjunto de concepções de Ensino e Currículo nos programas de uma das universidades mais relevantes da África do Sul. O protesto contra o monumento ocorreu simultaneamente às exigências de reformas universitárias. A oposição a um símbolo do antigo colonizador abasteceu e ao mesmo tempo foi abastecida por reivindicações sociais. A contestação, portanto, valeu-se de uma releitura sobre o passado para ressignificar as formas de se expressar memórias. E, dessa forma, encontrou nos debates sobre História uma de suas estratégias de lutas políticas voltadas à ampliação de direitos sociais.

A defesa da extrema-direita a Robert E. Lee

Nos anos 2010, um dos episódios mais violentos nas disputas relacionadas às contestações aos monumentos ocorreu em Charlottesville, Virgínia (EUA). Na origem das tensões estava o monumento a Robert Edward Lee (1807-1870), inaugurado em 21 de maio de 1924. Lee foi o principal general do exército da Confederação, ou seja, dos estados separatistas do sul dos Estados Unidos, defensores da manutenção da escravidão, cuja tentativa de secessão resultou na Guerra Civil norte-americana (1861-1865). A escultura equestre em homenagem a Lee foi uma doação à cidade feita pelo empresário Paul Goodloe McIntire (1860–1952). Iniciada em 1917, a obra foi concebida e em grande parte realizada pelo escultor Henry Merwin Shrady (1871-1922). Porém, devido ao seu falecimento (1922), a execução da escultura foi concluída pelo artista italiano Leo Lentelli (1879-1961).

O monumento de Charlottesville representava um dentre tantos outros que foram produzidos nas primeiras décadas do século XX em homenagem ao general Lee (além das centenas de estátuas e memoriais de todo tipo celebrando as tropas confederadas, presentes até hoje ao longo dos estados do sul dos EUA) (CONNELLY, 1977). A própria cidade de Charlottesville se engajou militarmente em defesa da Confederação. No século XX, além dos múltiplos locais de afirmação da memória confederada, a cidade também se empenhou na vigência das leis de segregação racial (chamadas popularmente como “Leis Jim Crow”). Mesmo a praça em que o monumento estava localizado havia sido originalmente denominado como Lee Park (nome mantido até 2017).

Nas primeiras décadas do século XXI, os habitantes de Charlottesville, organizados em parceria com associações locais e lideranças políticas, passaram a revisitar criticamente a própria História. Nas discussões públicas ocorridas, evidenciou-se uma aguda perda de legitimidade dos memoriais celebravam o passado escravista e segregacionista da cidade como algo positivo. Desses debates, a população da cidade organizou, em 2016, uma petição para que o monumento a Robert E. Lee fosse removido da praça em que se encontrava. No mesmo ano, a Prefeitura criou uma comissão (Blue Ribbon Commission on Race, Memorials, and Public Spaces) para avaliar o que poderia ser feito em relação a tal situação. Em 2017, concordando com o que havia sido demandado pela população local, a comissão municipal recomendou a remoção do monumento. E foi precisamente em reação a essa recomendação que foi organizada uma das maiores mobilizações neonazistas da história dos Estados Unidos (e do continente americano como um todo): os protestos denominados como Unite de Right (“Unir a Direita”).

Realizado entre os dias 11 e 12 de agosto de 2017, em Charlottesville, o Unite the Right foi uma mobilização convocada por diferentes grupos de extrema-direita para realizar manifestações contra a decisão municipal de remover a estátua do general Lee. Dentre as organizações envolvidas, podem ser apontadas a Ku Klux Klan, o movimento Alt-Right e inúmeros outros grupos neonazistas, como o National Socialist Movement. Ocorrendo em diferentes partes da cidade (destacadamente no eixo entre o Market Street Park a Rotunda da University of Virginia), o evento culminou em confrontos violentos entre supremacistas brancos e manifestantes antirracistas. No dia 12 de agosto de 2017, um dos apoiadores dos atos de extrema-direita dirigiu seu carro em alta velocidade contra uma passeata na qual centenas de pessoas contestavam a permanência do monumento, assassinando a advogada Heather Heyer e ferindo outras dezenas de ativistas antirracistas. Esse episódio consolidou o monumento a Robert Lee como um símbolo não apenas da herança confederada, mas também da violência supremacista no século XXI (LYONS, 2018).

Os grupos que, em 2017, promoveram o Unite the Right se mobilizaram em defesa do monumento fundamentavam sua narrativa na ideologia da Lost Cause (a chamada “Causa Perdida”), uma visão mítica e idealizada da história da Guerra de Secessão, que retrata a Confederação como defensora de valores de honra e tradição, minimizando o papel central da escravidão nos estados do sul e na própria guerra em si. A esses grupos, a estátua de Robert E. Lee representava uma herança cultural sulista a ser preservada contra o que entendiam como “apagamento histórico”. Essa concepção de memória, no entanto, operava como legitimação da supremacia branca e se baseava em narrativas

mitológicas, idealizadas, carentes de fundamentação historiográfica, construídas com a finalidade de legitimar projetos de poder baseados no racismo.

Após a violência promovida pelas organizações de extrema-direita em 2017, ao longo dos anos o monumento a Robert Lee sofreu diversas intervenções artísticas, assim como foi alvo de protestos. Durante as mobilizações antirracistas de 2020, fortaleceu-se enormemente a rejeição que a própria população local lançava sobre a continuidade do monumento no espaço público. Em 10 de julho de 2021, a estátua foi removida pela Prefeitura, em uma ação acompanhada por grande aparato de segurança. O próprio Lee Park já havia sido renomeado, em 2017, como Emancipation Park, celebrando a história de lutas contra a escravidão nos EUA (posteriormente, em 2018, recebeu seu nome atual, Market Street Park). A ausência do monumento no espaço público simbolizou uma importante conquista dos movimentos locais pela reinterpretação da memória coletiva, de modo que não mais fosse voltada ao enaltecimento de personagens históricos que se mobilizaram militarmente em defesa da escravidão.

O caso de Charlottesville reforça como que as narrativas históricas tradicionais representadas pelos monumentos podem atravessar o campo do simbólico e gerar consequências reais, materializadas em atos de extrema violência. Trata-se da valorização de uma memória voltada à finalidade específica de reforçar uma identidade supremacista. Uma instrumentalização política da História para legitimar opressões nos tempos contemporâneos. Os eventos do Unite the Right evidenciaram como que alguns dos defensores dos valores representados por um monumento em homenagem ao um líder escravista se dispuseram a assassinar quem não compartilhasse dos mesmos ideais. E, apesar da violência perpetrada em defesa da estátua de Robert Lee, tratou-se de mais uma batalha perdida pelos saudosos da Confederação.

Inicialmente, o monumento foi armazenado pela própria Prefeitura de Charlottesville. Em dezembro de 2017, o Conselho Municipal votou pela doação da peça ao Jefferson School African American Heritage Center. No ano de 2023, a estátua foi derretida. Ela foi convertida em barras de bronze, como parte do projeto artístico Swords Into Plowshares. Trata-se de uma iniciativa voltada a dar outras finalidades a materiais relacionados com memórias traumáticas da sociedade norte-americana (como a Guerra de Secessão e a própria escravidão em si). Dessa forma, monumentos que originalmente homenageavam militares defensores da escravidão foram convertidos em novas obras de arte pública voltadas à contestação das narrativas supremacistas.

Colston arremessado ao rio

Na cidade de Bristol (Reino Unido), Edward Colston (1636–1721) um destacado comerciante de escravizados por meio da Royal African Company (RAC). Esta, foi uma companhia de comércio britânica que, de 1672 a 1698, monopolizou o tráfico britânico de escravizados no litoral da África Ocidental. Devido a todo um conjunto de ações de caráter filantrópico realizadas por Colston em Bristol, a cidade é repleta de homenagens a ele, nas mais variadas instituições públicas e privadas. Tradicionalmente narrado como um empresário benfeitor, uma das celebrações mais marcantes feitas em sua memória foi a inauguração de um monumento em sua homenagem, em 13 de novembro de 1895. A obra foi realizada pelo escultor irlandês John Cassidy (1860-1939). A arrecadação de fundos para que a obra fosse executada foi uma iniciativa de um comitê local capitaneado pelo empresário James Williams Arrowsmith (1839-1913). A estátua, em bronze, foi instalada em uma pequena praça na Colston Avenue, apresentando Edward Colston em pé, com trajas formais característicos do século XVII (TUNZELMANN, 2021).

Se ao longo do século XX o monumento foi celebrado como uma justa homenagem a um empresário que no passado havia contribuído para o engrandecimento de Bristol, já nos anos 1990 a estátua passou a ser contestada publicamente. Os questionamentos levantados apontaram precisamente para o envolvimento direto de Edward Colston com o comércio transatlântico de africanos escravizados (DRESSER, 2009). Na cidade, tanto dentro de instituições universitárias quanto nos movimentos sociais locais, tornaram-se cada vez mais frequentes a realização de debates e atos políticos que criticavam a presença daquele monumento em vias públicas. Nos anos 2010, campanhas como “Countering Colston” (“Opondo-se a Colston”) contribuíram a essa crescente mobilização que contestava a tradicional narrativa histórica local de enaltecimento à memória de Colston.

Em 7 de junho de 2020, (cerca de duas semanas após o referido assassinato de George Floyd, nos EUA), inseridos no contexto dos protestos globais do movimento antirracista Black Lives Matter, centenas de manifestantes em Bristol se dirigiram ao local em que estava situado o monumento e derrubaram violentamente a estátua de Edward Colston. Após ser arrancada de seu pedestal, a escultura foi pichada e, na sequência, arrastada pelas ruas até ser lançada nas águas do Rio Avon, em um dos portos da cidade. Naquele contexto, esse ato (de forte impacto visual, cujas imagens imediatamente e aceleradamente se disseminaram globalmente por meio de redes sociais na internet) tornou-se um dos mais emblemáticos das mobilizações antirracistas. Mais do que outros protestos realizados até então no século XXI, o arremesso da estátua de Colston ao rio evidenciou a diferentes sociedades pelo

planeta o quanto não havia mais como adiar indefinidamente os debates sobre a questão dos monumentos (ou seja, como lidar com a intensa rejeição à permanência em locais públicos de homenagens a figuras associadas à escravidão e ao colonialismo).

O pedestal vazio permaneceu por meses como marco simbólico da transformação da memória pública em Bristol. Em julho de 2020, o espaço chegou a receber a instalação temporária da escultura *A Surge of Power*, criada pelo artista Marc Quinn, que representava a ativista negra Jen Reid erguendo o braço com o gesto o punho cerrado, em uma pose característica de protestos políticos. A obra, no entanto, foi retirada dias depois pela prefeitura e o pedestal seguiu vazio. Próximo a ele, foi posicionado um totem com informações relacionadas à história do monumento e, destacadamente, das causas que fizeram com que ele fosse derrubado pelos manifestantes.

A estátua em si foi recuperada do porto, em 11 de junho de 2020, pela prefeitura de Bristol e encaminhada para restauração. Em junho de 2021, passou a ser exibida (deitada) no M Shed Museum, ainda com as marcas da derrubada e das pichações. Em 2024, a exibição foi consolidada de modo permanente no museu, com toda uma contextualização crítica organizada pelo museu a respeito da escravidão e das mobilizações sociais que levaram aos eventos da derrubada. O monumento, portanto, foi preservado e sua história ganhou novos episódios. A estátua deixou de ocupar o espaço público celebrando a memória de um indivíduo favorecido pelo lucro obtido com o comércio de escravizados. A partir de sua preservação em uma instituição museológica, possibilitou-se que a obra de arte continuasse sendo desfrutada. Porém, de uma forma em que se tornou consideravelmente mais difícil desassociá-la dos debates históricos sobre memória, patrimônio, escravismo e colonialismo. Assim como em outros casos discutidos, os eventos de Bristol apontam para mais uma situação em que a contestação viabilizou uma maior visibilidade para novas formas de se interpretar a História.

O incêndio sobre o Borba Gato

Localizada no bairro de Santo Amaro, na cidade de São Paulo (Brasil), a estátua de Borba Gato foi inaugurada em 1963. Foi o médico e liderança política Fernando Scalamandrê Junior (1923-2010) quem, a partir de 1957, organizou os recursos econômicos e as normas legislativas que viabilizassem que o monumento fosse erigido. A obra é de autoria do escultor Júlio Guerra (1912-2001), construída com concreto, revestida de pedras e estrutura metálica interna, incluindo trilhos de bonde. O monumento tem 13 metros de altura e representa o bandeirante Manuel de Borba Gato

(1649-1734), figura central do sertanismo paulista colonial, cuja memória é rodeada por inúmeras polêmicas e contestações.

Desde que foi inaugurado, o monumento tem sido um constante alvo de contestações e discussões acerca das concepções estéticas empregadas nele, assim como sobre seus significados e as memórias que produz. Dos anos 1990 aos 2000, gradativamente foram se ampliando as manifestações que realizaram algum tipo de intervenção sobre o monumento (COSTA, 2018). Essa ampliação da rejeição ao Borba Gato não surgiu de modo isolado. Ela se insere no período em que tanto movimentos sociais quanto pesquisas historiográficas passaram apontar de modo mais enfático ao papel dos bandeirantes na escravização de indígenas e de comunidades negras ao longo do período colonial. Se, ao longo do século XX, havia sido disseminada uma memória que apresentava os bandeirantes paulistas como corajosos desbravadores dos sertões, no século XXI a imagem do bandeirante já estava fortemente associada à violência e opressão do escravismo colonial.

Em 24 de julho de 2021, o monumento ao Borba Gato foi incendiado em uma ação coordenada pelo grupo “Revolução Periférica”. Pneus com gasolina foram colocados ao redor da base da estátua, ateados imensas labaredas que imediatamente se espalharam pelo revestimento de pedras da escultura. O ato foi apresentado como um protesto de rejeição à permanência de homenagens a figuras históricas associadas à escravidão e à violência contra povos indígenas e negros. O ataque incendiário gerou alguns danos na superfície da estátua, mas sua estrutura não foi comprometida.

Posteriormente, o monumento foi cercado para reparos e restaurado pela Prefeitura de São Paulo. De todos os casos abordados previamente, o monumento ao Borba Gato é o único que ainda permanece em pé no mesmo local em que foi inaugurado. Conforme apontado anteriormente, não foi atingido qualquer tipo de consenso sobre o que deve ser feito com obras públicas consideradas contrárias aos valores da sociedade contemporânea. Ainda assim, o episódio promoveu um amplo debate público no Brasil a respeito da presença de símbolos bandeirantes em espaços urbanos, envolvendo inúmeros também agentes que não fazem parte dos campos historiográfico, museal e patrimonial. Afinal, embora essa não tenha sido a primeira vez que homenagens aos bandeirantes instaladas na cidade de São Paulo tenham sofrido algum tipo de intervenção, esse episódio consistiu em um tipo de ação inédita no Brasil: até aquele momento, jamais um monumento a um bandeirante havia sido incendiado. Dito de outro modo, nenhum tipo de protesto havia gerado um risco real de que um monumento ao bandeirantismo fosse efetivamente destruído.

Novas construções de memórias a partir das contestações

Tal qual foi afirmado anteriormente, a análise dos diferentes episódios de contestação a monumentos públicos específicos possibilita uma maior compreensão sobre como esses processos estão intrinsecamente ligados às disputas políticas e sociais no tempo presente. A partir dos casos apontados de Colombo, Cecil Rhodes, Robert Lee, Edward Colston e Borba Gato, é possível notar que suas estátuas deixaram de ser apenas objetos estáticos de memória celebrativa. Provavelmente, nunca tenham sido exclusivamente isso. O que, desde os anos 1990, tem sido mais facilmente percebido é que esses monumentos se converteram em espaços de conflitos e divergência, reflexão e resignificação. Nessas disputas, o passado não está sob nenhum aspecto ameaçado de ser apagado. Nos casos abordados, o que pode ser verificado elas promoveram um aprofundamento de questionamentos sobre quais passados e quais memórias possuem maior legitimidade para serem afirmados em espaços públicos como representantes da identidade de uma determinada sociedade.

Se, por um lado, os monumentos carregam consigo a persistência de passados vinculados ao colonialismo, à escravidão e à opressão, por outro lado, valores do tempo presente tensionam esses passados e as memórias tradicionalmente construída sobre eles. As mais variadas narrativas são problematizadas e resignificadas a partir de demandas surgidas da própria sociedade. Movimentos sociais, grupos de artistas, organizações políticas, comunidades locais, intelectuais e instituições de produção de conhecimento observam nesses monumentos campos de disputas de sentidos, de valores e, portanto, das formas como uma sociedade reconhece a si mesma.

Assim, longe de significar esquecimento, os atos de contestação mantêm viva a memória dos monumentos. O espaço físico vazio deixado após a retirada das estátuas, os espaços transformados em lugares de novas memórias, assim como a reinscrição museológica das peças, revelam que a memória dos personagens históricos contestados não foi apagada, mas sim resignificada e reposicionada (saindo do universo da mitologia e adentrando ao campo do personagem histórico). As contestações, portanto, demonstram a vitalidade da memória na contemporaneidade, evidenciando que os debates em torno dos símbolos são, também, disputas em torno de identidades, poder e diferentes concepções sobre a ordenação do espaço urbano.

Nesse sentido, os monumentos contestados exemplificam a historicidade do patrimônio, mostrando que tais obras não são testemunhos neutros de um passado fixo, mas construções sociais que podem ser permanentemente reavaliadas. Ao tensionar os monumentos, o presente reafirma sua capacidade de intervir sobre a memória e de redefinir o lugar do passado no imaginário coletivo. A

História do Tempo Presente, nesse contexto, ganha um de seus objetos mais privilegiados de análise, uma vez que revela as conexões entre a permanência do passado e a urgência das disputas do agora.

Referências bibliográficas:

- CONNELLY, Thomas L. **The Marble Man: Robert E. Lee and His Image in American Society**. Baton Rouge: Louisiana State University Press, 1977.
- COSTA, Márcia Maria da Graça. **Lugares de memória do bairro de Santo Amaro: a estátua de Borba Gato**. 2018. Dissertação (Mestrado em Ciências Humanas) — Universidade Santo Amaro, São Paulo, 2018.
- DRESSER, Madge. Remembering Slavery and Abolition in Bristol, **Slavery & Abolition: A Journal of Slave and Post-Slave Studies**, 30:2, 2009, 223-246.
- FRANK, Sybille; RISTIC, Mirjana. Urban fallism: Monuments, iconoclasm and activism. **City. Analysis of Urban Change, Theory, Action**. Vol. 24: No. 3.4, 2020, p. 552-564.
- LYONS, Matthew N.: **Insurgent Supremacists: The U.S. far right's challenge to state and Empire**. Dexter: PM Press, Kersplebedeb, 2018.
- MENEGUELLO, Cristina. Carne Contra Pedra. MENEGUELLO, Cristina; BENTIVOGLIO, Júlio (orgs.). **Corpos e Pedras: estátuas, monumentalidade e história**. Vitória: Editora Milfontes, 2022.
- NAPOLITANO, Marcos. Ainda temos tempo para os heróis?: o "bota-abaixo" das estátuas e a crise do pacto histórico nas sociedades contemporâneas. NAPOLITANO, Marcos; KAMINSKI, Rosane (orgs.). **Monumentos, memória e violência**. São Paulo: Letra e Voz, 2022.
- PEÑA Natalia Stengel. The Feminist Anti-Monumentas, Renaming of Those Hidden by the State. The Consolidation of Mexico City's La Glorieta de las Mujeres que Luchan, **Alternautas**, 10(2), 2023, 93-118. Disponível em: <https://doi.org/10.31273/an.v10i2.1410>. Acesso em: 17 ago 2025.
- SIEBÖRGER, Rob. Rhodes must fall! Anatomy of a protest. **Public History Weekly**, 4 jun. 2015. DOI: 10.1515/phw-2015-4134. Disponível em: <<https://public-history-weekly.degruyter.com/3-2015-18/rhodes-must-fall-anatomy-of-a-protest/>>. Acesso em: 17 ago. 2025.
- SIGNER MICHAEL. **Cry Havoc: Charlottesville and American Democracy Under Siege**. New York: Public Affairs, 2020.
- TUNZELMANN, Alex von. **Fallen Idols: Twelve Statues That Made History**. London: Headline Publishing Group, 2021.
- WIECZOREK, Gabriela Traple. Sobre antimonumentos e colaboração feminista, uma análise da Glorieta de las Mujeres que Luchan. **PÓS: Revista do Programa de Pós-graduação em Artes da EBA/UFMG**, Belo Horizonte, v. 13, n. 28, p. 188–214, 2023.